

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Em debate, avanços e recuos na exploração da Amazônia

por Daniela Chiaretti de Piracicaba

Há um ano do assassinato do líder seringueiro que colocou a devastação da floresta amazônica nas manchetes dos jornais do mundo todo, o ecologista Chico Mendes, a região continua sentindo os efeitos de um modelo de desenvolvimento ambicioso e temerário — a exploração da Amazônia a qualquer preço. Seus rios estão contaminados por mercúrio. Suas matas continuam a ser devastadas. Seus índios têm as terras invadidas. Seu imenso patrimônio genético desaparece antes mesmo de seu potencial ser descoberto pela ciência.

Há, porém, três grandes avanços: hoje, as denúncias são mais fortes, a legislação é mais vigorosa e até os órgãos do governo fazem autocrítica.

Tais diferenças ficaram claras ontem, na Terceira Semana do Ambiente em um evento promovido pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura, (Cena) da Universidade de São Paulo. O evento, que ocorre nesta semana em Piracicaba, município paulista a 170 quilômetros da capital, tem como pauta discutir a conservação e a melhoria dos ecossistemas brasileiros. O seminário foi aberto com o assunto mais nobre da ecologia na atualidade — a Amazônia. A região amazônica ocupa uma área correspondente a mais da metade do território nacional. É rica em ferro, alumínio, manganês, níquel e titânio. Abriga uma dezena de centrais hidrelétricas e até o ano 2000 pode receber outra dezena de usinas. Por ironia sofre o impacto de sua exuberância. Dos seus 10 milhões de habitantes, a metade não possui energia elétrica.

HIDRELÉTRICAS

A política energética adotada na região é uma das polêmicas. A Eletronorte tem desde 1987 um

plano para instalar outras nove usinas hidrelétricas na região. Seriam duas em Mato Grosso (Manso e Couto Magalhães), duas em Rondônia (Jiparaná e Samuel) outras duas no Pará (Porteira e Tucuruí II), outra na fronteira entre o Maranhão e o Pará (serra Quebrada), uma em Tocantins (Lajeado) e outra que já está quase em operação, na Amazônia (Balbina).

A previsão é de que até o ano 2010 elas signifiquem 20 milhões de quilowatts. A um custo global de US\$ 1,5 mil por quilowatt, a iniciativa representa um investimento próximo ao da autal dívida externa brasileira — US\$ 100 bilhões.

Este é exatamente o nó da questão. "As hidrelétricas no Brasil estão sendo implantadas para que se produza alumínio, uma matéria-prima que está tão barata no mercado internacional que seu preço nem sequer paga os danos ambientais implícitos à sua produção. Muitos países centrais não querem produzir alumínio. Preferem comprar de países como o Brasil ou Canadá, disse Philip M. Fearnside, da Ecologia de Agroecossistemas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Fearnside é um especialista em assuntos amazônicos. "É falsa a relação entre energia e desenvolvimento", continuou. No Canadá o consumo "per capita" anual de energia é de 15,5 mil megawatts. No Japão é de 5 mil megawatts. "E não se pode dizer que o Canadá seja três vezes mais desenvolvido que o Japão."

O surpreendente é que a dura posição de Fearnside encontra ressonância, no entender do gerente do Departamento de Planejamento de Mercado da Eletronorte, Enéas Fernandes de Aguiar. "Concordo que o modelo de desenvolvimento proposto não leva em

conta o ecossistema local", observou Aguiar. "Tucuruí foi uma usina construída para dar suporte a este modelo", prosseguiu.

Tudo isso aconteceu num período de restrição das liberdades individuais e do cidadão. Agora é o momento de a sociedade rediscutir tal modelo. A Eletronorte, agora, está procurando colocar seus projetos de uma forma mais transparente".

PERIGOS

Há, na Amazônia, áreas que seguem obscuras. O impacto ambiental dos garimpos é uma delas. Luiz Antonio Martinelli, um pesquisador do Cena, procurou dar a dimensão da contaminação dos rios por mercúrio. A extração do ouro é feita hoje, no rio Madeira, principalmente através de dragas que aspiram o leito do rio.

O resultado dessa operação é uma massa de sedimentos e ouro. O mercúrio é misturado ao ouro para facilitar o processo. Depois é retirado parcialmente através de um jato de água e jogado ao rio. Outra parte é separada do ouro por calor — e o mercúrio vai para a atmosfera. Pode precipitar e voltar ao rio. Aí está o perigo.

O mercúrio lançado nas águas pode metilar, ou seja, transformar-se em metilmercúrio, uma substância altamente tóxica. Em setembro de 1989, seis mil dragas garimpavam no rio Madeira. Sua produção mínima é de 90 toneladas de ouro ao ano. Tirando médias aproximadas, Martinelli calcula que 45 quilos de mercúrio estejam sendo despejados no rio Madeira neste ano.

As conseqüências são graves. De 746 análises ambientais e em seres humanos na região amazônica, a resposta de contaminação de mercúrio foi alta: 53%. Em Serra Pelada, das 99 amostras de solo examinadas, todas apresentaram contaminação. O problema se alastra. Na reserva

dos índios caiapós, que não mexem com ouro, 30% das amostras deram resultado positivo.

Guardadas as diferenças, Martinelli lembrou a síndrome de Minamata, no Japão. Lá, durante 43 anos se despejou algo entre 50 a 400 toneladas de mercúrio — ou um a nove quilos por ano. No rio Madeira está-se despejando de três a 45 quilos de mercúrio ao ano. O "mal de Minamata" ficou conhecido, provocou envenenamento, loucura, cegueira e morte de centenas de pessoas. Calcula-se que em Roraima existam hoje cerca de 45 mil garimpeiros. A maioria são pequenos produtores que tiveram de abandonar suas terras e tentar a sorte em outra atividade.

Uma proposta de ocupação racional da região foi dada por um técnico da Embrapa, Guido Ranzani. Ele propõe a utilização das várzeas eufóricas (que se modificam conforme as enchentes anuais). "São terras ricas em potássio, cálcio, magnésio, sódio, fósforo e micronutrientes depositados durante os aluviões", explicou. "São terras muito produtivas e representam uma agricultura de baixos insumos", entusiasma-se. O único problema da proposta é a legislação. As várzeas amazônicas são protegidas pelo código florestal, por uma resolução do Conama e pela Constituição Federal.